

## Mandado de segurança contra escolha do Reitor?

Ilustração: Ohi

Como os colegas que nos acompanham por meio do *Informativo Adusp* sabem, além de outras atividades em que estivemos envolvidos, até o dia 28/09 nossas atenções prioritárias estavam voltadas à tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, agora, da Lei Orçamentária (LO) na Assembléia Legislativa. Isso não significa que não estivéssemos atentos às questões relacionadas com a vida e o trabalho no interior dos diversos campi da universidade, inclusive na nossa cagula USP Leste. Uma dessas questões é a Campanha pela Democratização da USP. Vamos rememorar brevemente os fatos mais recentes referentes a esse tema.

Desde o mês de abril começavam a acontecer reuniões do Comitê pela Democratização da USP, constituído pela Adusp, DCE-Livre e Sintusp. A Assembléia da Adusp de 5/5/2005 aprovou os eixos de ação propostos por esse Comitê para a campanha de democratização: eleições diretas e paritárias para Reitor; Estatuinte soberana, com participação proporcional de estudantes, funcionários e professores de cada unidade.

Várias iniciativas foram tomadas para dinamizar a campanha: produziram-se carta-

zes e colantes com os termos “Democratização da USP”, o *Informativo Adusp* passou a publicar matérias acerca do tema, debates ocorreram em diversos campi e, finalmente, no dia 8/6, ocorreu o lançamento público da campanha com debate no Anfiteatro da História, que contou com a presença de convidados especiais e entidades representativas da área educacional.

Como noticiado no *Informativo Adusp* 199, o Comitê pela Democratização da USP obteve 25 assinaturas de conselheiros solicitando que fosse incluída na pauta do Conselho Universitário, que esperávamos ocorreria no dia 18/10, a proposta de organização de um amplo processo de discussão dos eixos: 1) eleições diretas para Reitor e 2) realização de uma Estatuinte exclusiva e soberana, com representação democrática de estudantes, funcionários e professores, que construa um novo Estatuto para a USP, dissolvendo-se logo após cumprir tal tarefa. Soubemos que o Reitor pautou essa discussão para o CO de 13/12.

Ao mesmo tempo em que discutia e promovia essas ações, o Comitê pela Democratização da USP também discutia outras possibilidades de iniciativas: jornal da democratização, promoção de

debates entre os candidatos a Reitor no processo de dois turnos que tem ocorrido na USP a cada quatro anos e, finalmente, impetrar um mandado de segurança suspendendo o processo eleitoral deste ano antes de seu início.

Esse processo eleitoral sequer atende as exigências que constam da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que, é bom que se repita, promoveu retrocessos nos processos democráticos praticados em várias instituições universitárias do país (como revelamos no *Informativo Adusp* 199). A LDB estabelece o elevado percentual de 70% de docentes no colégio eleitoral, distante dos 88% e 85% de docentes, professores titulares na sua maioria, que constituem o colégio eleitoral do 1º e do 2º turnos, respectivamente, do processo estabelecido pelo Estatuto da USP em vigor. Além disso, tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual e a própria LDB estabelecem que a gestão universitária deve ser obrigatoriamente democrática.

Os colegas sabem das iniciativas que as entidades Adusp, DCE-Livre da USP e Sintusp promoveram em várias das eleições anteriores, quando, para tentar influir no processo



eleitoral, organizava debates entre os candidatos, promovia uma eleição paritária e defendia que o nome mais votado fosse incluído na lista triplíce que seria encaminhada ao Governador do Estado, como estabelece o Estatuto da USP, mais uma vez se distanciando do que estabelece a LDB.

Nesse processo conduzido pelas três entidades já tivemos os nomes de Dalmo de Abreu Dallari, Guilherme Rodrigues da Silva, Erney Plessmann de Camargo e, há quatro anos, o de nosso saudoso colega Jair Borin. A intenção principal desse processo, além de almejar a possibilida-

de de que refletisse o anseio da consulta democrática, era problematizar a democracia no interior da USP.

Assim, na última reunião do Comitê pela Democratização da USP, refletindo discussões havidas nas instâncias de cada entidade, foi recomendado que cada uma delas submetesse às respectivas assembleias a possibilidade de entrarmos com o mandado de segurança acima mencionado. É esta proposta, além de outras providências possíveis, que discutiremos em nossa próxima Assembléia. Contamos com a presença dos colegas!

## Assembléia Geral da Adusp

5ª feira, 20/10, 17 h, Auditório Jacy Monteiro (IME)

Pauta: Campanha de Democratização - eleição para Reitor

# “Que você considera central no programa do próximo Reitor?”

Esta pergunta foi feita pelo Informativo Adusp a algumas pessoas que integram a comunidade universitária. Confira as respostas:

“Entendo que a internacionalização da USP deve ser revista, juntamente com esse crescimento desenfreado que não se sabe para onde, ou para que direção está indo. A questão das fundações também deve ser olhada com muito cuidado. Se não há meios de acabar com elas, pelo menos que haja uma fiscalização intensa e uma moralização. Entendo também que a isonomia entre as três universidades públicas paulistas deve ser revista. Finalmente, acho que o docente que se dedica integralmente à USP, ou seja, aquele que comprovadamente não possui atividades extras, deve ser valorizado”.

**Professor Luiz Jorge Pedrão (EERP, membro do Conselho de Representantes da Adusp)**

## “Investimentos”

“Definir uma política salarial e de investimentos em ensino, pesquisa e extensão e cumpri-la”.

**Professora Márcia Carvalho de Abreu Fantini (IF, membro do Conselho de Representantes da Adusp)**

“A principal coisa que esperamos de qualquer Reitor é que inicie um processo de de-

mocratização da universidade, de verdade, com eleições diretas e paritárias e Estatuante soberana”.

**Magno de Carvalho (Diretor do Sintusp)**

## “Defesa da USP”

“Liderar em todas as esferas a defesa incondicional da Instituição; traçar diretrizes de atuação para o papel da Universidade de São Paulo como geradora de conhecimento, formadora de pessoas e na defesa de um ensino básico de qualidade no país; recuperar a infra-estrutura física; modernizar e aprimorar o ensino de graduação; fornecer condições e ambiente para que as competências sejam desenvolvidas em plenitude”.

**Professor Rui Curi (ICB)**

“Considero que o aspecto central que deve orientar o programa do próximo Reitor é a democratização das instâncias de decisão da USP e escolha de Reitor”.

**Professor Ruy Gomes Braga Neto (FFLCH, membro do Conselho de Representantes da Adusp)**

## “Excesso de cautela”

É desejável que o candidato a futuro Reitor da Universidade de São Paulo, muito mais do que apresentar um currículo administrativo e/ou burocrático (como tem sido feito por muitos dos atuais candidatos) se posicione claramente sobre algumas

questões centrais, como, entre outras questões importantes:

- democratização das relações de poder (em todas as instâncias) na USP;

- perspectivas e problemas da atual política de expansão das vagas na USP;

- políticas do governo e da USP em relação à inclusão dos excluídos (negros, pobres, portadores de necessidades especiais, minorias etc);

- papel e função das fundações de direito privado na USP;

- posicionamento sobre a

luta (empreendida por docentes, alunos e funcionários) pela autonomia política, acadêmica e financeira da USP;

- implementação de políticas de apoio à permanência dos estudantes na USP (moradia, bolsas, etc);

- política de recomposição salarial e de estruturação/reestruturação de carreira para servidores e docentes da USP.

Infelizmente, até o momento, pouco se ouviu dos reitoráveis sobre estas questões, não porque os candidatos não tenham o que falar mas, a meu ver, por

um excesso de cautela dos senhores candidatos. A tentativa de agradar os poucos que têm direito a voto acaba tornando o discurso padronizado e vazio, o que dificulta a escolha dos eleitores. Nós que representamos a comunidade uspiana ainda temos a esperança de conhecer sua posição sobre as questões que verdadeiramente são importantes para a Universidade. Aguardamos seu pronunciamento.

**Antonio Carlos Duarte de Carvalho (Representante dos Professores Doutores no CO)**

## Democracia na USP é o tema da Revista Adusp 35

A edição 35 da Revista Adusp, que circulará na próxima semana, traz várias reportagens sobre a estrutura de poder na USP, revelando a composição autoritária de seus colegiados e o modo como um pequeno grupo de professores titulares, que são 833 no total, exercem hegemonia sobre uma comunidade de 95 mil pessoas. O processo eleitoral indireto que determina a escolha do Reitor é a síntese dessa realidade regida por um Estatuto retrógrado. A equipe de repórteres mapeou diversas situações na USP reveladoras de desrespeito à democracia. Suas reportagens confirmam o acerto de bandeiras como Estatuante soberana e Diretas já para Reitor.



## O “poste” eletrônico está pronto. Divulgue-o!

O poste da luta na LDO está pronto, podendo ser consultado na página da Adusp ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)). A partir da página, é possível imprimi-lo, inclusive a cores, e distribuí-lo onde cada um achar mais apropriado (escolas, murais, etc.)

# Os golpes de Alckmin continuam

Daniel Garcia

Um estudo preliminar da Lei Orçamentária (LO) apresentada pelo Executivo e publicada no Diário Oficial (D.O.) em 12/10/05 mostra que os acenos feitos pela base governista na Assembleia Legislativa durante nossa recente luta na LDO, em particular pelo líder do governo, deputado Edson Aparecido (PS-DB), não tinham fundamento. Em especial, persistem todos os artifícios utilizados até agora, como o desconto indevido do montante da habitação e a falta de providências concretas e democráticas para enfrentar a questão da retribuição aos aposentados.

Além disso, todas as contas são apresentadas com base na “estimativa” feita pelo governo da arrecadação do ICMS, que na realidade trata-se quase sempre de uma sub-estimativa premeditada. As estimativas globais e para a USP constam da tabela abaixo, com dados obtidos diretamente do D.O. (em R\$ milhões).

Contas análogas mostrarão que a dotação básica para as

universidades estaduais não passam dos velhos 9,57%, com todos os problemas que tínhamos anteriormente, acrescidos por mais um: não há garantia alguma de que os valores sejam corrigidos segundo a real evolução da arrecadação do ICMS em 2006. No caso da USP e da Unicamp foram adicionados R\$ 18,5 milhões e R\$ 20 milhões, respectivamente, para investimento em edificações. Mas, quem realmente acreditava nos acenos de Alckmin?

## Desonerações e perdas

Dois aspectos interessantes também estão presentes no texto de LO apresentado pelo Executivo. O primeiro é a declaração de Alckmin que consta da carta de seu

encaminhamento ao Legislativo: “Adicionalmente, estou assumindo aqui o compromisso de executar plenamente o orçamento ora proposto para as três universidades no exercício de 2006”. Muito estranho. Afinal, um Governador de estado não é obrigado a cumprir a lei?! Se isto parece óbvio, fica a pergunta de por que tal declaração foi incluída no texto...

O segundo fato que chama a atenção aparece nas páginas 240 e 241 do mesmo D.O.: o próprio Executivo es-



Mobilização contra política de Alckmin: necessária para enfrentar arrocho

tima que a perda de arrecadação com as desonerações fiscais pode chegar a 8,7% da arrecadação prevista, quase o montante destinado à operação da USP, Unesp e Unicamp!!! Isto sem contar a perda, estimada em cerca de

4%, provocada pelo famigerado Decreto 48.034/2003, que temos denunciado há tempos.

Está claro que temos uma tarefa de monta pela frente para enfrentar a política de arrocho e engodo do governo Alckmin, seja na discussão da LO, em tramitação na Alesp, seja na LDO de 2007 e nas eleições do ano que vem, defendendo o aumento da vinculação de verbas públicas para a Educação em todos os níveis.

ICMS/06 (A)	Lei Kandir/06 (B)	Dívida Ativa/06 (C)	Habitação/06 (D)	Total E=A+B+C-D	Recursos da USP 0,050295 X (E)
40.787,47	794,12	96,25	753,73	40.924,11	2.058,28

Lei Kandir: retribuição, paga pelo Governo Federal aos Estados, pela desoneração do ICMS da exportação

## Greve das federais, legítima e justa

A decisão do governo Lula da Silva de conceder reajuste de 0,1% aos servidores públicos federais levou a um processo de mobilização que culminou em uma greve que já atinge 35 Instituições Federais de Ensino e dura mais de 40 dias. A indignação é muito grande frente à política de manutenção de arrocho salarial e à não disposição de realizar negociações efetivas com os grevistas, exatamente como nos dois governos de FHC.

Cabe lembrar que parte significativa do que os colegas federais recebem mensalmente diz respeito

à “gratificação de atividade executiva” (GAE, 160% do vencimento básico) e a “gratificações de estímulo à docência”, conhecidas por GED, no caso dos docentes da carreira do ensino superior e GEAD, no caso dos professores da carreira de 1º e 2º graus. Este último mecanismo foi introduzido por FHC para diferenciar salários com base em suposta “produtividade” docente.

Até agora a greve dos colegas federais conseguiu que o governo anunciasse a liberação de R\$ 500 milhões para a concessão de

reajustes em 2006(!), mas não tem sido suficiente para demover a intransigência do governo e garantir a incorporação dessas “gratificações”, nem a reivindicação de reajuste de 18%, ainda

em 2005, para repor as perdas inflacionárias apenas dos dois últimos anos.

A diretoria da Adusp é solidária aos colegas das federais, entendendo que sua greve é manifestação justa

e legítima pela valorização do trabalho docente. Nesse sentido, conclama o MEC e o governo federal a negociar de fato com o Comando Nacional de Greve (CNG/IFES/Andes-SN).

### Pauta de reivindicações da greve das federais

- Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial.
- Incorporação da GAE, da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos, e com paridade e isonomia.
- Retomada dos anuênios.
- Implementação imediata

da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.

- Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES, envolvendo o MEC, o

Andes-SN e o Sinasefe, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do Andes-SN (fevereiro de 2006).

- Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

# Unesp terá de cobrir dívida trabalhista de R\$ 10 milhões contraída por fundação privada

Um convênio que mantém com a Fundação de Apoio aos Hospitais Veterinários da Unesp (Funvet) colocou a Unesp em situação complicada perante a Justiça do Trabalho. Isso porque está condenada a pagar uma dívida de cerca de R\$ 10 milhões a 28 médicos veterinários, integrantes do seu corpo docente, que deixaram de receber da fundação o pagamento de horas extras.

O caso teve início em 1996, quando os professores ajuizaram uma reclamação trabalhista na 1ª Vara do Trabalho de Jaboticabal, contra a Funvet e a Unesp. Os docentes afirmavam na ação que a Funvet havia deixado de lhes pagar horas extras, trabalhadas em regime de plantão.

A sentença judicial, pronunciada em 1998, reconhece a existência de vínculo trabalhista entre os reclamantes e a Funvet. Dessa forma, a fundação foi condenada a fazer o registro dos docentes em carteira, pagar adicionais de horas extras e adicionais noturnos, férias em dobro, gra-

tificações natalinas, descansos semanais remunerados e, ainda, a fazer os depósitos do fundo de garantia (FGTS).

A decisão judicial declarou a universidade solidária no processo. Ou seja, no caso de a Funvet não possuir recursos para cumprir a sentença, a obrigação recairia sobre a Unesp. E foi exatamente o que aconteceu. Visto que a Funvet está desestruturada financeiramente, é uma instituição de pequeno porte e não possui patrimônio, a responsabili-

dade pelo pagamento da dívida recaiu sobre a Unesp.

A Unesp já não pode mais recorrer da decisão e o processo se encontra em fase de execução. A assessoria de imprensa da universidade informa que a dívida será paga, mas o valor está sendo questionado junto à justiça do trabalho.

A Unesp está revendo seu convênio com a fundação, que ainda administra cursos de especialização *lato sensu* na universidade. Segundo a Unesp, a Funvet foi criada com a função

principal de colaborar para a melhoria das condições gerais e administrativas do Hospital Veterinário do curso de Medicina Veterinária, principalmente no que se refere ao sistema de plantões. A Funvet não quis se manifestar sobre o caso.

## Vínculo ilegal

De acordo com o presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), Milton Vieira do Prado Júnior, os professores reclamantes não poderiam ter prestado serviços para

outra instituição, uma vez que eram contratados pela Unesp em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP). “Acredito que os professores foram mal orientados por seus advogados, já que eles afirmaram ser empregados da fundação. Essa situação declarada é ilegal diante do tipo de vínculo que eles mantinham com a Unesp”, ressaltou Prado Júnior.

Segundo Prado Júnior, a Adunesp se coloca contra a remuneração dos plantões médicos. Isso porque, por meio desse sistema, o docente acaba recebendo mais do que os outros professores, quebrando a isonomia salarial dentro da universidade. “Esse trabalho de emergência tem de estar incluso no salário do profissional”, defende Prado Júnior.

Diante do duplo vínculo assumido pelos 28 docentes, uma das alternativas em estudo pela Unesp, segundo informa sua assessoria de imprensa, é a de processá-los, exigindo reembolso dos salários que receberam enquanto mantiveram contrato simultâneo com a fundação.

## Andes-SN organiza reunião nacional do GT Fundações

Realizou-se em Brasília, nos dias 8 e 9/10, a primeira reunião nacional do GT Fundações do Andes-Sindicato Nacional. A reunião contou com a presença de dois diretores do Andes e representantes de 10 associações de docentes de todo o Brasil, inclusive a Adusp. Foi aprovado texto de análise do papel deletério das fundações privadas “de apoio” nas universidades públicas.

Dentre os encaminhamentos aprovados pela reunião, destaca-se a decisão de combater com firmeza a prática usual (e ilegal) de agências de fomento à pesquisa como Finep e Capes de condicionar à intermediação de fundações privadas o repasse de verbas às universidades federais e estaduais.

Serão produzidos pelo GT Fundações dois cadernos destinados a subsidiar

a ação das ADs, o primeiro dos quais deverá conter análises e pareceres jurídicos elaborados pela Adusp e pela assessoria jurídica nacional do Andes-SN.

Além disso, foi proposta a inclusão na pauta do próximo Congresso do Andes-SN (fevereiro de 2006) da discussão e deliberação sobre providências contra os cursos pagos nas universidades públicas.

## Superintendente tenta criar fundação privada no Ipen

A publicação de reportagem, na *Revista Adusp* 31 (de novembro de 2003), sobre cursos pagos ilegalmente oferecidos no Instituto de Pesquisas Energéticas (Ipen), órgão vinculado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e associado à USP, gerou a suspensão de tais atividades. No entanto, agora o principal dirigente do Ipen está à frente do projeto de criação de uma fundação privada na instituição.

Em 28/9/2005, o superintendente do Ipen, Cláudio Rodrigues, enviou carta ao professor José Moura Gonçalves Filho, do Instituto de Psicologia da USP, comunicando que alguns “amigos e antigos colaboradores do Ipen estão se associando para instituir a ‘Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino’, que tem por finalidade apoiar instituições de pesquisa em São Paulo, em especial o Ipen”, e consultando-o sobre a “possi-

bilidade de um representante da família Moura Gonçalves se juntar a esse grupo de instituidores”.

O convite à família para que se tornasse instituidora da nova fundação está relacionado ao fato de o professor José Moura Gonçalves, já falecido, ter sido “figura importante na história do Ipen”, onde conduziu pesquisas na área de radiobiologia.

A família Moura Gonçalves rejeitou o convite. Na carta de resposta que enviou ao

superintendente do Ipen, o professor Gonçalves Filho, após agradecer a lembrança do nome de seu pai, destacou sua afinidade com os princípios defendidos pela Adusp.

“Para a maioria dos docentes filiados à Adusp”, escreveu o professor do Instituto de Psicologia, “prevalece a tese de que a organização de fundações vinculadas à Universidade de São Paulo ou a seus Institutos, mesmo nos casos em que foram notáveis o cuidado e seriedade

aplicados na composição de estatutos reguladores, conjugam-se sem dificuldade, ainda que involuntariamente, com movimentos de privatização da universidade pública e de enfraquecimento dos regimes docentes de dedicação exclusiva”.

O *Informativo Adusp* encaminhado ao superintendente do Ipen perguntou sobre o caso. Até 14/10, data de fechamento desta edição, elas não foram respondidas.